

## **AUSTIN/AGOSTINI: SOZINHO, NOVO PACTO NÃO VAI RESOLVER PROBLEMA FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS**

Por Cícero Cotrim

São Paulo, 05/11/2019 - AE NEWS - A transferência de R\$ 400 bilhões para Estados e municípios nos próximos 15 anos, como parte da PEC do pacto federativo enviada pelo governo federal ao Congresso Nacional, representa um valor relevante se acompanhado de regras mais duras para a política fiscal dos Executivos. "Caso contrário, vamos viver de novo a farra fiscal", avalia o **economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini**.

Segundo o ele, o ponto mais importante apresentado pela proposta é o que permite o contingenciamento de recursos de poderes estaduais e municipais, como acontece na esfera federal, além da previsão da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Regra de Ouro e Teto de Gastos em todas as esferas de governo.

Na opinião de Agostini, "esse plano pode dar maior mobilidade para Estados e municípios, mas precisa haver algumas travas". "Elas precisam ser as condições para transferir os recursos, pensando inclusive em quais municípios e Estados fizeram reforma da Previdência, quais têm déficit fiscal", diz Agostini. Segundo ele, é importante que a boa saúde fiscal seja um pré-requisito para receber os recursos.

Mesmo assim, as novas regras e a previsão de repasses não devem ser suficientes para socorrer Estados e cidades que passam por crises fiscais neste momento. "Esse período estabelecido de 15 anos é justamente o que o governo já considera que será possível que os entes federados melhorem suas condições fiscais. Só isso não funciona para Estados como o Rio Grande do Sul, que estão em crise", afirma.

Segundo Agostini, não há risco imediato de desidratação muito intensa da proposta no Congresso, dada a articulação do governo federal com o Legislativo nas reformas. Mesmo assim, ele enxerga que pode haver resistência de deputados à transferência direta desses recursos para Estados e municípios, por causa das emendas parlamentares. "Podem enxergar como um perigo para suas próximas eleições, porque esse modelo elimina o papel do deputado, que é de intermediário na alocação dessas verbas."

Contato: [cicero.cotrim@estadao.com](mailto:cicero.cotrim@estadao.com)